



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria de Previdência**

**ATA**

# **253ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA - CNP**

**Brasília, 27 de setembro de 2018**

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Nacional de Previdência – CNP**

**ATA DA 253ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNP**

**DATA:** 27 de setembro de 2018

**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Bloco F, Sala 902

**PRESENÇAS**

**Representantes do Governo**

MF - Marcelo Abi-Ramia Caetano

MF - Benedito Adalberto Brunca

INSS - Edison Antonio Costa Britto Garcia

MDS - André Rodrigues Veras

MF - João Henrique de Melo

**Representações dos Aposentados e Pensionistas**

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

COBAP - Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAP - Andréa Angerami Correa da Silva Gato

CONTAG - Adriana Pereira Souza

**Representações dos Trabalhadores em Atividade**

FORÇA SINDICAL - Dionízio Martins de Macedo Filho

CUT - Quintino Marques Severo

CTB - Fernando Antônio Duarte Dantas

**Representação dos Empregadores**

CNM - Otoni Gonçalves Guimarães

CNA - Vânia Gomes Ataídes da Silva

CNT - Salomão Taumaturgo Marques

### **Convidados**

Marcos José Bulgarelli - SINDNAPI/FORÇA SINDICAL

Plínio Gustavo Adri Sarti - SINDNAPI/FORÇA SINDICAL

Warley Martins Gonçalves - COBAP

Lívia Rospantini - COBAP

José Veiga de Oliveira - FAPESP

Hamilton W. A. Xavier - SINDANEPS

Simone Hauch Moreira - DATAPREV

Sandra Helena Lima do Nascimento Gomes - INSS

Angela Regina Lima de Oliveira - INSS

Alberto Carlos Freitas Alegre - INSS

Márcia Eliza de Souza - PFE/INSS

Regina Alvarez - INSS

Gisela Bianca - UnB

Valdemir J. Silva - CGEDA/SPREV

Carolina Fernandes dos Santos - CGEDA/SPREV

Talita Lorena - DICOM/SPREV

Alexandre Zioli Fernandes - CGEDA/SGGPS

Orion Savio Santos de Oliveira - SGGPS/SPREV

Paulo César Andrade Almeida - CGSAT/SPREV

Evandro Diniz Cotta - CGMBI/SPREV

Fernando Benício - CNM

### **Ausências**

MF - Eduardo Refinetti Guardia

MF - Emanuel de Araújo Dantas

INSS - Agnaldo Novato Curado Filho

MF - Cinara Wagner Fredo  
MF - Jeferson Luis Bittencourt  
MP - Amarildo Saldanha de Oliveira  
IPEA – Rogério Nagamine Costanzi  
CSB - Lucio Antonio Bellentani  
COBAP - Gildo Arquimínio de Carvalho  
UGT - Gilberto Torres Laurindo  
CNPA - João Junior Onuki Alves  
CONTAG - José Ramix de Melo Pontes Junior  
CNI - Desireé Gonçalo Timo  
CNF - Ênio Mathias Ferreira  
CNC - Roberto Nogueira Ferreira

## **I – ABERTURA**

1 Presidindo a mesa, o Excelentíssimo Senhor Marcelo Abi-Ramia Caetano  
2 (SPREV/MF) abriu a 253ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência -  
3 CNP e, deu por iniciada a reunião. Informou que o Sr. Otoni Gonçalves Guimarães  
4 estava substituindo o Sr. Sérgio Aureliano como novo conselheiro representante da  
5 Confederação Nacional dos Municípios - CNM e concedeu a palavra ao Conselheiro,  
6 para que fizesse breve apresentação. Na oportunidade o conselheiro mencionou de  
7 forma resumida seu histórico profissional, mencionando seu comprometimento com a  
8 Previdência.

9

## **10 II – EXPEDIENTE**

11 O Conselheiro Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV/MF), na qualidade de Presidente  
12 substituto, colocou para a aprovação a Ata da 252ª Reunião Ordinária do CNP,  
13 realizada em 30 de agosto de 2018. Colocada em processo de votação, a citada Ata  
14 foi aprovada por unanimidade dos presentes.

15

16 **III – ORDEM DO DIA**

17 O Conselheiro Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV/MF) socializou a pauta da  
18 reunião, sendo estabelecida: a) Lançamento do Anuário Estatístico de Acidentes do  
19 Trabalho – 2017. Apresentação: Alexandre Zioli Fernandes - Coordenador-Geral de  
20 Estatística, Demografia e Atuária da Subsecretaria do Regime Geral de Previdência  
21 Social e Orion Sávio Santos de Oliveira – Analista Técnico de Políticas Sociais da  
22 Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social; b) Desaposentação –  
23 desdobramento das ações do INSS após decisão do STF. Apresentação: Marcia Eliza  
24 de Souza – Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Instituto  
25 Nacional do Seguro Social – INSS; c) Regulamentação dos convênios celebrados  
26 com o INSS, preconizado pelo artigo nº 115 da Lei nº 8.213/91. Apresentação: Alberto  
27 Carlos Freitas Alegre - Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de  
28 Benefícios – INSS; d) Apresentação sobre Resolução nº 656 do Instituto Nacional do  
29 Seguro Social, de 4 de setembro de 2018, referente bloqueio da margem do  
30 consignado por até 180 dias, prorrogáveis por mais 180 dias. Apresentação: Alberto  
31 Carlos Freitas Alegre - Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de  
32 Benefícios – INSS. O Sr. Presidente chamou o primeiro item de pauta, “Anuário  
33 Estatístico de Acidentes de Trabalho – 2017”. Passada a palavra ao Sr. Alexandre  
34 Zioli Fernandes que, após cumprimentar a todos, deu início a apresentação. Registrou  
35 os conceitos de acidente do trabalho baseado na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991  
36 e a forma como os acidentes são tratados, as consequências dos acidentes para o  
37 trabalhador, as origens, a composição e os tipos que existem. Apresentou os números  
38 apurados em 2017, destacando que houve redução em todos os conceitos  
39 comparado aos anos anteriores, lembrando que eram dados preliminares e que,  
40 provavelmente, sofreriam alterações quando fosse lançado o Anuário Estatístico - AT  
41 de 2018. Explanou sobre os indicadores de acidentes do trabalho, os quais permitem  
42 monitorar melhor os acidentes de trabalho de acordo com as características, falando  
43 sobre os principais grupos que se classificam e as taxas de incidência, a melhora que  
44 alcançou ao longo dos anos, declarou que teria o melhor já mensurado desde 2013,  
45 detalhando cada grupo estudado. Finalizando passou a palavra para o Sr. Orion Sávio

46 Santos de Oliveira para complementar a explanação do tema “Análises Preliminares –  
47 AEAT 2017”. Com a palavra o Sr. Orion Sávio Santos de Oliveira fez análise dos  
48 números apresentados anteriormente e explicou que os dados em tela tratavam  
49 apenas de segurado empregado, segurado empregado doméstico, trabalhador avulso  
50 e segurado especial, ou seja, não abrangia todos os trabalhadores do País.  
51 Esclareceu que isso ocorre porque a Previdência só contabiliza os trabalhadores que  
52 são protegidos pelo seguro contra acidentes do trabalho. Informou que houve uma  
53 redução na quantidade de contribuintes da Previdência empregados, o que poderia  
54 estar relacionado à queda no número de acidentes do trabalho, apesar de não ser o  
55 único fator a ser considerado, pois a quantidade de acidentes vem reduzindo ano a  
56 ano. Falou sobre a influência que a greve dos previdenciários teve no resultado final  
57 do Anuário de 2015, em razão da ausência de registros naquele ano, que foi  
58 compensada nos anos seguintes. Estratificou os acidentes do trabalho por: i) típico; ii)  
59 trajeto; iii) doenças; e iv) sem CAT; explicou que foi utilizada uma série histórica de  
60 cinco anos para acompanhar como foram avaliados o acidente típico, o acidente de  
61 trajeto, a doença e os acidentes reconhecidos sem Comunicação de Acidente do  
62 Trabalho - CAT e expôs as conclusões e números dessa análise. Esclareceu que,  
63 apesar da redução na quantidade de acidentes do trabalho, não se pode descartar  
64 que exista subnotificação e que exista melhorias no ambiente de trabalho, recordando  
65 que a redução se deve a várias ferramentas que estão sendo implantadas, tais como  
66 o Fator Acidentário de Prevenção. Finalizou colocando-se à disposição para  
67 esclarecimentos a respeito de dúvidas com relação aos dados de acidentes do  
68 trabalho. Na sequência, o Sr. Paulo César Andrade Almeida fez uso da palavra  
69 chamando atenção aos grandes números dos acidentes do trabalho da administração  
70 pública, destacando que o registro de uma ampla gama de atividade é realizado  
71 nesse CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Observou que além  
72 do decréscimo relativo aos acidentes do trabalho ao longo desses anos ocorreu,  
73 também, uma queda em relação à gravidade dos acidentes, o que seria consequência  
74 de uma política pública de diminuição de acidentes do trabalho. O Sr. Evandro Diniz  
75 Cotta acrescentou que participa do grupo de trabalho chamado “Trabalho Seguro e

76 Saudável” e que havia um debate no grupo para elaborar formas de se efetivar a  
77 fiscalização do cumprimento da CAT, para fazer frente ao potencial de subnotificação  
78 que tem em relação à Comunicação de Acidente do Trabalho. O Sr. Marcelo Abi-  
79 Ramia Caetano registrou a presença dos presidentes de entidades e associações  
80 ligadas a aposentados e pensionistas: o Sr. José Veiga de Oliveira, Presidente da  
81 Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos  
82 do estado de São Paulo; o Sr. Marcos José Bulgarelli, representando o Sindicato  
83 Nacional dos Aposentados; o Sr. Plínio Gustavo Adri Sarti, Vice-Presidente do  
84 Sindicato Nacional dos Aposentados e o Sr. Warley Martins Gonçalves, Presidente da  
85 Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP. O Sr. Marcelo Abi-  
86 Ramia Caetano passou a palavra ao Sr. Marcos Barroso de Oliveira que solicitou o  
87 resultado da judicialização do Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade  
88 – PRPI com análise dos benefícios que foram cessados e judicializados. Na  
89 sequência, o Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas ponderou que, devido ao alto  
90 número de desempregados, a redução nos acidentes do trabalho não deve ser  
91 considerada algo positivo. Reforçou a necessidade de ser apurado o motivo de ter um  
92 número tão alto na concessão de doenças, e disse acreditar que estava ligado a dois  
93 fatores: 1) a maioria das empresas não gostam de emitir a Comunicação de Acidente  
94 de Trabalho - CAT; e 2) o fato de a Previdência ter adotado uma política da não  
95 concessão para diminuir custo, sendo negado benefícios dos trabalhadores mesmo  
96 quando eles apresentam laudos médicos por parte dos peritos. O Sr. Gerson Maia de  
97 Carvalho disse que não tinha motivos para comemorar a queda dos números de  
98 acidentes do trabalho em virtude do desemprego atual, citando o fato da construção  
99 civil ter saído do ranking de maiores setores com acidentes do trabalho em razão da  
100 crise que o setor estava vivendo. Relatou o fato de uma trabalhadora que foi atendida  
101 por ele, que teria alegado que o recurso humano da empresa em que trabalhava teria  
102 negado o registro da CAT para concessão do benefício, dado o acidente ser “de  
103 trajeto casa-trabalho”, justificando que teria sido abolido na Reforma Trabalhista,  
104 considerou que atitudes semelhantes impactam na queda dos números. Relacionou a  
105 diminuição no número de contribuintes ao aumento no número de desempregados e

106 registrou concordância com a fala do Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas sobre os  
107 empecilhos colocados pela Previdência na concessão dos benefícios. O Sr. Alexandre  
108 Zioli Fernandes respondeu aos levantamentos feitos sobre o tema apresentado,  
109 esclarecendo que a apresentação não foi a respeito de quantidade de benefícios,  
110 apenas sobre a quantidade de ocorrências de acidentes do trabalho, e que o  
111 benefício só era gerado se o acidente do trabalho provocar um afastamento, pelo  
112 menos, de 15 (quinze) dias, ou afastamento temporário ou óbito. Enfatizou que os  
113 dados sobre quantidade de benefícios estarão no Anuário Estatístico da Previdência  
114 Social e que são divulgados mensalmente no Boletim Estatístico da Previdência  
115 Social. Afirmou que a judicialização não constava no tema do anuário. Sobre a  
116 redução nos números de acidentes estar relacionada ao aumento no número de  
117 desempregados, esclareceu que a quantidade de acidentes do trabalho é relativa à  
118 população que estava exposta. O Sr. Orion Oliveira ratificou as explicações e  
119 acrescentou que, caso a empresa não realizasse o registro da CAT, havia outros  
120 meios de se identificar e classificar o acidente do trabalho, além disso, informou que  
121 outras pessoas poderiam emití-la, como o próprio segurado, o sindicato, entre outros.  
122 Quanto ao acidente de trajeto, explicou que a mudança que teve na legislação  
123 trabalhista foi quanto ao pagamento das horas *in itinere*, que deixou de ser feito  
124 quando o local é de difícil acesso, não servido por transporte público regular, e que  
125 nos demais casos de acidentes de trajeto não houve alteração. Esclareceu outra  
126 dúvida comum, que surge a respeito do acidente com menos de 15 (quinze) dias, o  
127 qual foi retirado do cálculo do fator acidentário de prevenção, mas não fez com que  
128 este acidente deixasse de ser considerado acidente do trabalho. Explicou, ainda, que  
129 a saída da construção civil do ranking dos setores com mais acidentes se deve,  
130 também, à entrada de outros setores como de abate de aves e pequenos animais. O  
131 Sr. Benedito Adalberto Brunca destacou que o objetivo da Previdência não era de  
132 negar benefícios para economizar e que não havia limite fixado para concessões.  
133 Quanto aos resultados apresentados, lembrou que estavam sendo apontados o que  
134 havia sido constatando pela equipe técnica. O Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia  
135 frisou que o governo tem colocado ordem no processo e cessado fraudes em



benefícios que foram concedidos por vários anos e que já teriam cancelados. O Conselheiro Marcos Barroso de Oliveira destacou que era preciso levar em consideração as informações de queda de -30,35 com CAT registrada e outra de -8,18 sem CAT registrada, comparando com o nível de judicialização do mesmo período, o que não havia sido contemplado na apresentação. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas considerou onerosos os gastos com previdência e afirmou que os peritos não consideram CATs que não fossem as preenchidas pelas empresas e solicitou que trouxessem o número de benefícios que são solicitados para acidentes do trabalho e que estão represados dentro da Previdência Social. O Conselheiro Edison Antonio Costa Britto Garcia afirmou que realmente a concessão de benefício gera gastos, mas ratificou que não há orientação para negá-lo. O Conselheiro Salomão Taumaturgo Marques questionou se havia algum motivo claro para o setor de transporte rodoviário de cargas ter atingido o quarto lugar do ranking. O Sr. Orion Oliveira esclareceu sobre a queda na emissão de CAT de doenças, recordando que o número ainda seria corrigido no ano subsequente, podendo ser menor. Explicou que os acidentes típicos são mais fáceis de identificar que as doenças do trabalho, e que por isso a CAT por doenças teria queda menor, por serem identificados em momento posterior ao do ocorrido. Quanto ao questionamento de as CATs serem preenchidas por terceiros, afirmou que era direito assegurado por Lei, e em caso de descumprimento deve ser notificado o desvio, enfatizou que não acreditava que isso ocorra sempre. Sobre o aumento de acidentes no setor de transporte de carga ratificou que se deve levar em conta o número elevado de trabalhadores neste setor, disse que no anuário estatístico é feita uma relativização, o que facilita a análise e aprofundamento dos estudos. Finalizado os debates o Conselheiro Marcelo Abi-Ramia Caetano passou ao item “b” da pauta com o tema “Desaposentação, desdobramentos das ações do INSS após a decisão do Supremo”, apresentado pela Sra. Márcia Eliza de Souza. Informou sobre como iniciou o processo de desaposentação e de que forma se dava judicialmente. Detalhou os trâmites processuais e como a Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS procedia após a finalização dos processos, de acordo com

166 cada sentença proferida. Informou que o INSS tinha agências específicas para  
167 atendimento de ações judiciais, que são as Agências de Atendimento de Demandas  
168 Judiciais - ADJs. Expôs sobre como os procuradores foram orientados pela  
169 Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União – PGF/AGU nos casos de  
170 restituições de benefícios. Quanto à restituição dos valores proferidos por tutela  
171 antecipada, informou que trabalhavam nos termos da Portaria-Conjunta nº 2  
172 PGF/INSS, de 16 janeiro de 2018, e que seria disponibilizado aos conselheiros.  
173 Passada a palavra a Conselheira Andrea Angerami Gato que informou que uma das  
174 ações ajuizada junto ao Ministério Público Federal foi pelo Sindicato dos  
175 Aposentados, que entende que não deve haver a devolução dos valores recebidos  
176 por determinação judicial. Finalizada o item da pauta o Sr. Marcelo Abi-Ramia  
177 Caetano anunciou o tema seguinte: “Regulamentação de convênios celebrados com o  
178 INSS, preconizado pelo art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”, e passou a  
179 palavra ao Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre que registrou: que ficava a cargo da  
180 Diretoria de Benefícios do INSS as questões dos consignados por meio da  
181 Coordenação-Geral do Gerenciamento do Pagamento de Benefício; disse que os  
182 convênios são celebrados pelo INSS e regulamentados pelo art. 115 da Lei nº 8.213  
183 de 1991; discorreu sobre os tipos de Acordo que integram o INSS, os objetivos dos  
184 acordos de cooperação técnica, e como se dá a formalização, o formulário de  
185 autorização de desconto do associado. Relatou que os arquivos são encaminhados à  
186 DATAPREV para inclusão no sistema. Fez esclarecimentos a respeito da Resolução  
187 INSS nº 656, de 4 de setembro de 2018, referente ao bloqueio da margem do  
188 consignado por até 180 dias prorrogáveis e por mais 180 dias; expôs como se dá o  
189 bloqueio dos empréstimos consignados quando não são reconhecidos pelo  
190 aposentado, os procedimentos para bloqueio da margem, e a forma como agem  
191 outros a fim de ludibriar o aposentado para que este adquira empréstimos e  
192 beneficiem a terceiros. Finalizada a apresentação, a Conselheira Andrea Angerami  
193 Gato solicitou a participação do Sr. Marcos José Bulgarelli, Presidente do SINDNAPI,  
194 a fazer uso da palavra. Com a palavra o Sr. Marcos José Bulgarelli fez a seguinte  
195 manifestação: *“Bom dia todas as conselheiras, todos os conselheiros, nosso presidente Dr.*  
196 *Edison, Dr. Marcelo, Dr. Brunca, ao companheiro Alegre, a Sandra, a Márcia. Realmente essa*

197 preocupação nossa, das entidades, sobre esse assunto, por isso que a gente pediu até a  
198 participação nessa reunião, do encontro nosso, das entidades. A preocupação da imagem  
199 das entidades sérias, que defendem realmente os interesses dos aposentados, a gente, de  
200 um certo tempo, vem contra algumas associações fantasmas, algumas associações que se  
201 postam como defensoras dos direitos dos aposentados e começam a ficar enviando cartinha  
202 para a casa, para residência dos aposentados, dizendo que tem tanto para receber, tanto isso  
203 e aquilo, e são às vezes alguns escritórios de advogados que não representam bem, mas que  
204 tem algum trabalho ali e se cria uma forma de pagar alguma mensalidade, de qualquer uma  
205 maneira tirar o dinheiro do aposentado. Então, a gente vem denunciando esse tipo de coisa  
206 há muito tempo, a gente vai para televisão, denuncia no Ministério Público, tenta confrontar. E  
207 agora, de um tempo para cá, a gente tem tido um problema semelhante a esse com as  
208 próprias entidades que tem concessão do próprio INSS de ter o desconto consignado em  
209 benefício. Não são raras, inclusive processos, intimações no Sindicato Nacional dos  
210 Aposentados da Força Sindical sobre algumas entidades. Eu vou citar um nome aqui porque  
211 é claro e acho que é de conhecimento de todos, por exemplo, é a CENTRAPE, a outra  
212 primeira lá é a ANAPPS, e têm mais algumas outras, inclusive que o processo vem para o  
213 nosso sindicato. Então, quando a gente pega a intimação lá está no nome do outro e depois  
214 que já recebeu nós somos obrigados a ir. Um caso, por exemplo, a 50 km da cidade de Picos,  
215 lá no Maranhão, aconteceu um caso desses que a gente teve que arrumar um advogado lá  
216 para ir representar o nosso sindicato para se defender de uma coisa que não era contra a  
217 gente. Então, o que a gente, nessa reunião, e lá estava nosso Sindicato dos Aposentados da  
218 Força, estava a Confederação dos Trabalhadores Aposentados, a COBAP, a UGT, o Natal  
219 estava e também não estava presente, mas eu acho que a Dra. Andrea conversou com o  
220 Gerson e a CUT também tem esse problema. Então, a gente quer rever, ou pelo menos fazer  
221 a discussão, esses critérios para ter esses descontos. Eu vi ali que, em determinado  
222 momento, fala que os novos têm que ser nacionais, mas tem ali, eu não sei se os antigos,  
223 então, quem já está não mexe mais. Eu vi ali que tem Paraíba, algum lugar que é só da  
224 Paraíba ou do Rio. Mas mesmo esses critérios que seja nacional qual o tipo de representação  
225 que tem que ter? Eu colocar Associação Nacional de Aposentados o nome e levar lá, ou se  
226 tem algum outro critério que exige, se tem que ter uma certa representação, se tem que estar  
227 em tantos estados com tantos filiados. Já levar alguma coisa de início, mas você tem que ter,  
228 pelo menos, um número X, falando aleatoriamente tem que ter 1.000, 5.000, 10.000 quantos  
229 associados você têm que ter para iniciar. Porque a gente está vendo que a imagem, além de

230 a gente lutar contra aquelas que de alguma maneira, eram fantasmas agora a gente está  
231 tendo esse problema também. Então as entidades sérias que tem esse trabalho todo de,  
232 realmente, levar os direitos, as reivindicações dos aposentados, reivindicação política,  
233 reivindicação ali do seu dia a dia, melhora de vida para o aposentado, a gente está caindo  
234 nesse lugar comum de que é tudo farinha do mesmo saco. Porque a gente vai para ver na  
235 televisão, até pouco tempo atrás ainda passou uma reportagem grande sobre uma dessas  
236 entidades mesmo, e quando cai lá as entidades que defendem aposentados. Então, nesse  
237 lugar comum a gente está envolvido também, e só nós que temos trabalho, aí a gente sabe o  
238 quanto é difícil. Então, eu acho que não precisa se alongar muito porque é um fato conhecido  
239 já. Então a nossa proposta é vir para cá, nem trazer nada pronto, mas que se discuta. Acho  
240 que aqui nesse Conselho aqui é um fórum para se discutir isso e determinar alguns critérios  
241 que realmente dê uma filtrada nas entidades que tenha esse desconto. Para que não possa  
242 acontecer, a reclamação é muita, eles vão reclamar no nosso sindicato que estão pagando  
243 para outro e não são pouco, parece que é 2%, o cara recebe R\$ 3.000,00 é R\$60, R\$70,00  
244 tem desconto de R\$ 80,00, o cara vai lá “Eu não assinei nada”, assinou sim, aí vai ver o que  
245 você fez lá, ele pegou um empréstimo lá e no meio daquele empréstimo ele assinou a filiação  
246 ao tal do sindicato ou associação. Então, esse é o pedido nosso, e eu acho que o Warley  
247 também tem alguma coisa para falar, e sobre o segundo ponto da apresentação Alegre sobre  
248 a lei de 180 dias por mais 180, eu não tinha esses números, você trouxe o número até  
249 espantoso de pessoas que recorrem dizendo da fraude. Mas o que a gente vê pelo lado do  
250 aposentado que é o seguinte: aquele que realmente foi ludibriado, ele está sendo punido duas  
251 vezes, uma que está tirando do salário dele alguma coisa do salário dele que ele não se  
252 comprometeu a fazer e outra que se ele vier realmente a precisar ele não tem como tirar.  
253 Então, você passar até um ano sem ter a margem e sem ter tido problema para isso... Então,  
254 eu vejo uma maneira que tem que se ter, sei lá, uma triagem, um filtro, alguma coisa... Você  
255 não deve, aquele que realmente teve o seu benefício fraudado, ele levar um ano para ele  
256 poder ter a margem de novo. Então, acho que a gente tem que reestudar isso aí e dar um  
257 andamento, porque a preocupação sua é justificável, mas esse tempo aí parece que assusta  
258 muito. Acho que era isso”. Concluída a fala, o Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano passou a  
259 palavra ao Conselheiro Marcos Barroso que na oportunidade solicitou autorização à  
260 mesa para que o Presidente da COBAP, Sr. Warley Martins Gonçalves, se  
261 pronunciasse. Com a palavra o Sr. Warley Martins Gonçalves registrou: “Bom dia a  
262 todos, bom dia à mesa! Bom, o Marcão falou que é isso que está preocupando o movimento

263 dos aposentados no Brasil. Vêm entidades, eles tocam o estatuto deles, diz que se torna a  
264 nacional e não é nacional. É uma entidade que veio para tirar alguma coisa do aposentado.  
265 Tem uma tal de RIAAM que o INSS liberou agora que ela é lá da Espanha, veio para o nosso  
266 País, agora vai arrecadar o dinheiro dos nossos aposentados e levar embora. Não é justo  
267 uma coisa dessa! A entidade que representa o aposentado ela tem que ter congresso, ela tem  
268 que ter movimento com aposentado. Hoje a COBAP ela tem 650 associações, 650 municípios  
269 que representam o aposentado. O aposentado da COBAP que fica sócio, ele fica sócio lá na  
270 entidade. Ele vai lá porque a entidade oferece as coisas e fica sócio, mas tem conhecimento,  
271 ele também sabe onde é entidade dele. Como hoje nós temos um Sindicato Nacional da CUT,  
272 Sindicato Nacional da Força, que é sindicato que representa o aposentado. Nós não somos  
273 contra que tenha desconto em folha, mas tem que ter um critério, porque se não vai virar uma  
274 bagunça, vai virar uma bagunça. Já pensou 650 associações nossa pedir o pedido para o  
275 INSS para ficar, também ter o desconto em folha, mais os sindicatos nacionais que tem a  
276 nível nacional, como é que vai ficar o INSS? Aí, o que acontece? Estão abrindo essa porta, aí  
277 eles vão entrar na justiça, vocês vão ser obrigados a fazer o desconto para eles também.  
278 Então, eu acho que devia ter um critério, ter um critério para todas as entidades. Se a  
279 entidade é mesmo representante do aposentado, tem congresso, defende o aposentado, tem  
280 tudo, tudo bem. Agora, tem entidade aí que o próprio Marcão citou que faz o desconto em  
281 folha como? Vai fazer o crédito consignado, faz um empréstimo do crédito consignado, eles  
282 colocam a folha do desconto lá no crédito consignado, o aposentado não fica nem sabendo, e  
283 aí desconta 5%, não é dois não, Marcão, é 5% da folha de pagamento dele sem ele saber. Aí  
284 o que acontece? Passa dois, três meses aí ele vê que a arrecadação dele caiu, ele vai  
285 procurar saber quem é, aí vem aquele lá, aí fica sabendo que é aquele desconto que está  
286 tendo dele de 5% na folha de pagamento. Então, eu acho que tinha que fazer um critério,  
287 acho que o Conselho deveria arrumar um critério para fazer esse desconto em folha. Não que  
288 a gente é contra, eu volto a repetir, a gente é a favor, desde que seja uma entidade que  
289 representa o aposentado. A COBAP defende o INSS de tudo. Nós mantemos, nós queremos  
290 o nosso INSS, inclusive a bandeira nossa, nós queremos o nosso Ministério de volta. Nós não  
291 vamos ficar quieto enquanto não tiver o nosso Ministério. Não é possível os nossos  
292 funcionários da nossa Previdência também não reivindicar, porque eles estão jogados em  
293 “piquetinhos” por aí. E não é possível, conselheiro, a segunda maior arrecadação do País não  
294 ter um Ministério, não é possível uma coisa dessa. Nós temos que brigar, nós temos que ter o  
295 nosso Ministério de volta, o Ministério tem que ser nosso! A Previdência tem que ser

296 administrada por nós, pelo nosso Ministério! Nós não podemos deixar isso acontecer o que  
297 está acontecendo no nosso Ministério aí virar um “piquetinho” para lá e para cá aí. E agora  
298 vocês viram que a nossa própria Previdência deu lá para a Fazenda uns imóveis nossos para  
299 pagar dívida nossa. E eles, não devem para nós? Não é? Será? Então, eu estou aqui, não é  
300 essa a pauta, a pauta é, mas eu faço um apelo para o nosso conselheiro, vamos brigar junto  
301 com a COBAP para nós pegarmos o nosso Ministério de volta, viu Secretário? Você não  
302 deveria ser Secretário você deveria ser o Ministro da nossa Previdência. Nós precisamos, não  
303 é verdade? Nós temos que defender. Muito obrigado e vamos ver se a gente cria uma coisa  
304 que não vira essa bagunça toda aí que está virando no desconto em folha. Obrigado!” Dando  
305 continuidade o Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre (INSS) informou que o INSS retomou  
306 as atividades do grupo de trabalho com objetivo de reavaliar a Instrução Normativa nº  
307 28, bem como revisar os acordos firmados entre o INSS e as instituições financeiras.  
308 O Conselheiro Gerson Maia de Carvalho sugeriu que o grupo de trabalho fosse  
309 estendido aos membros do Conselho, com objetivo de debater sobre essas entidades.  
310 O Conselheiro Sr. Fernando Dantas (CTB) complementou sobre o assédio  
311 acrescentando que cotidianamente atende aposentados que foram procurados para  
312 fazer consignados antes mesmo que tivesse um posicionamento da Previdência sobre  
313 o pedido do benefício. O Conselheiro Quintino Marques Severo (CUT) sugeriu que os  
314 membros da bancada pudessem participar do grupo de trabalho colocando-se à  
315 disposição para isso. Com a palavra o Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente  
316 COBAP) questionou ao Presidente do INSS como estava a questão dos 5% que  
317 estava parado. Em resposta aos questionamentos mencionados pela bancada dos  
318 trabalhadores e dos aposentados e pensionistas, o Conselheiro Edison Antonio Costa  
319 Britto Garcia (INSS) se pronunciou: “Antes de o Secretário sair, eu vou fazer a minha  
320 manifestação. Mas eu acho que a fala do Presidente da COBAP e do outro, nos traz aqui uma  
321 questão bastante grave que chega a ser até uma denúncia de imputação criminosa, citando,  
322 inclusive, a CENTRAPE e a ANAPPS de prática de delitos. Então, a minha primeira  
323 manifestação, Secretário, eu quero aqui registrar que eu estou requerendo, formalmente a  
324 este Conselho, que se comunique ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal via  
325 Secretaria de Previdência e COINP que se faça abertura de um inquérito policial para apurar  
326 a prática com base nas informações trazidas aqui e registradas em Ata pelo Presidente da  
327 COBAP, para que se apure a prática de delito por parte dessas entidades. Então, antes que o

328 *senhor saia, eu gostaria que fosse registrado, é um requerimento que eu faço e que solicito*  
329 *que seja submetido à apreciação do colegiado. Complementou informando que: Mas, seria*  
330 *apenas a informação encaminhando a ata ao Ministério Público, então eu solicito que seja*  
331 *submetido aqueles que se manifestem favoráveis a gente fazer esse encaminhamento para*  
332 *que seja apurado o que aqui foi relatado". O Conselheiro Dionízio Martins de Macedo*  
333 *Filho (FORÇA SINDICAL) sugeriu que fosse aguardada lavratura da ata, e após*  
334 *aprovada por quem fez a denúncia fosse dado prosseguimento aos encaminhamentos*  
335 *sugeridos pelo Conselheiro Edison Antonio Costa Britto Garcia. Com a palavra o*  
336 *Conselheiro Benedito Adalberto Brunca (SPREV) fez a seguinte manifestação: "é que*  
337 *são dois instrumentos, me permita, Presidente. Tem degravação, que ela é integral, e tem a*  
338 *ata, que é digamos a transcrição de tudo que foi debatido aqui e que, aí sim, a transcrição ela*  
339 *é, a ata sim é aprovada na reunião seguinte, mas a degravação é de inteiro teor de tudo*  
340 *aquilo que aqui é debatido e é encaminhada para todos os conselheiros juntos, tanto a*  
341 *degravação quanto a ata. Então, só para poder... porque se formos encaminhar a ata, nós*  
342 *teremos que, sim, esperar a próxima reunião. Se formos fazer com degravação, aí eu não*  
343 *preciso esperar a próxima reunião, eu posso encaminhar antes. Mas o ideal acho que seria as*  
344 *duas coisas: mandar a degravação, com todo inteiro teor, porque a ata ela sempre é mais*  
345 *sintética, ela tenta fazer um resumo e não é absolutamente literal de tudo, mas numa situação*  
346 *como essa, tem que ser encaminhada as duas coisas, a ata aprovada formalmente pelo*  
347 *Conselho e a degravação que aí ela é mais específica nesse sentido". Em seguida o*  
348 *Conselheiro Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS) fez o seguinte*  
349 *pronunciamento: "É uma informação importante, relevante, do Presidente da COBAP do que*  
350 *está acontecendo, enfim, eu acho que o Conselho, estando com essa pauta, nós temos que*  
351 *nos debruçar diante de fraudes claras que devem estar acontecendo, não só nessa, em*  
352 *outras entidades. Em desvios, em operações de créditos disfarçadas de desconto de*  
353 *mensalidade, eu acho que merece uma apuração tendo em vista a hipótese e os indícios de*  
354 *prática de crime. Então, o que eu quero é que o Conselho diga: é um assunto importante, há*  
355 *indícios, vamos pedir ao Ministério Público e a Polícia Federal que façam as investigações, ou*  
356 *nós vamos simplesmente tomar conhecimento e vamos nos omitir. Essa é a pergunta que eu*  
357 *deixo aqui, nós vamos nos omitir ou vamos dizer: vamos apurar e vamos solicitar uma*  
358 *apuração formal através de uma deliberação unânime do Conselho? Ou alguém vai dizer:*  
359 *não! Não é para apurar, eu acho que tem problemas, mas não é para apurar, vamos deixar*

360 *para debaixo do tapete? Esse é o ponto.”* Dando continuidade foi à vez do Sr. Warley  
361 Martins Gonçalves (Presidente COBAP) se manifestar, esclarecendo que: *“Eu só queria*  
362 *falar para o companheiro do INSS que nós não somos contra vocês de maneira alguma. Eu*  
363 *acho que vocês agem perfeito lá no trabalho de vocês. Vocês sabem que a COBAP é amiga*  
364 *de vocês, estamos lá, o que nós queremos é que não seja o aposentado enganado. Porque*  
365 *não é justo uma entidade de aposentado ficar apoiando essa sacanagem que está tendo aí*  
366 *dentro de nós. Concordo com o Presidente, o INSS, o Conselho aqui tem que tomar*  
367 *providência, por isso que nós vimos recorrer a vocês. Porque isso está acontecendo não é de*  
368 *hoje nessas entidades. Se o INSS não tomar providência, e vou falar você vê que saiu no*  
369 *Fantástico, saiu no Fantástico isso daí, é só pegar aquela fita do Fantástico que tem a prova*  
370 *concreta das entidades que estão fazendo isso, entendeu? Por isso que nós queremos, eu*  
371 *também, nós não somos contra desconto de folha de ninguém. Eu acho que tem que ter uma*  
372 *norma, se tem as normas pode fazer para 500 associações que nós temos lá, agora tem que*  
373 *ter umas normas, tem que ter um regulamento. Quando o Quintino falou de criar comissão,*  
374 *uma comissão boa com a gente junto é perfeito, entendeu? Primeiro criar um grupo de*  
375 *trabalho que faz uma coisa melhor. Eu queria ouvir do Presidente também os 5%.”* O  
376 Conselheiro Benedito Adalberto Brunca (SPREV) informou que seria providenciada  
377 pela Secretaria-Executiva do Conselho a degravação, as preparações, a  
378 manifestação e o estudo da forma como será elaborada a notificação, seja a Polícia  
379 Federal ou ao Ministério Público. Em seguida, o Conselheiro Marcelo Abi-Ramia  
380 Caetano (SPREV) colocou em processo de votação o tema, sendo aprovado por  
381 todos os presentes. O Conselheiro e Presidente do INSS, informou que foi citado  
382 CENTRAPE, ANAPPS e a RIAAM Brasil como sendo uma entidade estrangeira  
383 fazendo práticas supostamente irregulares no Brasil, é isso? Ok. Dando continuidade  
384 informou que: *“Bom, eu fico muito satisfeito de nós termos tido essa pauta no Conselho*  
385 *porque esse é assunto que nos preocupa bastante. Eu acho que a legislação que nos*  
386 *concedeu essa faculdade pelo art. 115, ela teve por princípio primeiro facultar que os*  
387 *associados pagassem a mensalidade das suas associações por intermédio de desconto feito*  
388 *pelo INSS. Como aqui foi dito, quer dizer, teoricamente não precisaria ter nenhuma*  
389 *necessidade dessa operação se utilizar da máquina do INSS para se pagar uma*  
390 *mensalidade. Como se, teoricamente, se paga uma mensalidade de um clube esportivo, se*  
391 *faz o dízimo da igreja, tão simples a pessoa ir lá e fazer o seu pagamento espontaneamente.*



392 Agora o que me preocupa bastante, e eu tenho me debruçado muito desde que eu assumi a  
393 Presidência, sobre esses aspectos que eu vou mencionar aqui, do que eu tenho visto não só  
394 na operação de quem tem convênio como dos que postulam convênio, por isso que eu  
395 determinei a suspensão de qualquer novo convênio e a reavaliação e o reestudo dessa  
396 matéria. Primeiro aqui eu tenho visto claramente, e aqui eu não vou imputar a nenhuma atual,  
397 eu quero dizer do que eu verifiquei em situações dentro do INSS, de que há uma estratégia  
398 clara e inequívoca de vender serviço e produtos através de uma simulação, de um simulacro  
399 que é a dedução, tida como mensalidade associativa, que disfarça venda de produtos. Então  
400 essa é a primeira coisa que nós estamos nos deparando. Então, eu vi um caso concreto de  
401 uma entidade que não foi autorizada e nós negamos, e a Procuradoria deu um parecer  
402 contrário, que dizia mais ou menos o seguinte: você se associa e vai pagar a mensalidade R\$  
403 400,00 para você ser associado gold, platinum. Isso te dá o direito ao seguro de vida, te dá o  
404 direito a isso e aquilo. Por R\$ 200,00, você vira um associado prata, você pode passar aqui  
405 todo mês, receber aqui um vale sorvete e tal. Quer dizer, e você é um associado bronze,  
406 enfim, você cria categorias de associados claramente embutido ali um serviço indireto. Quer  
407 dizer, o que se entende do ponto de vista conceitual por mensalidade associativa? Se nós  
408 formos buscar o princípio de Código Civil, quando trata de associação sem fins econômicos,  
409 eu vejo que a associação ela é possível, é objetiva. Se a gente pegar as doutrinas de pactos  
410 e contratos plurilaterais que vem da doutrina de Ascarelli, que diz o que é o pacto plurilateral  
411 seja oneroso ou não oneroso, o não oneroso seria para associações sem fins econômicos, e  
412 é um conjunto de pessoas que se unem com objetivo comum para prática de alguma  
413 atividade. E, ali, o Código Civil disciplina que pode ser associações recreativas, religiosas,  
414 filantrópicas e qualquer outro tipo de objetivo lícito que disciplina dessa forma. Então, quando  
415 a gente imagina que é pagar mensalidade associativa de uma entidade sem fins econômicos,  
416 aquela que não tem objetivo de lucro, ela não é uma sociedade empresária, eu tenho que  
417 ratear, entre os associados, a minha despesa operacional. Então, o quanto custa a minha  
418 despesa operacional eu vou dividir essa despesa pelos meus associados. Então, assim, o  
419 primeiro princípio é de que você teria que enfrentar qual é o custo operacional. Então,  
420 teoricamente, prestar assessoria jurídica, fazer defesa de interesses, isso se conceitua como  
421 uma efetiva prestação de serviço ou isso está um pagamento de custo operacional? Então a  
422 gente já tem aí uma certa subjetividade que eu não vou entrar em profundidade nisso. Vamos  
423 deixar isso um pouco de lado, mas vamos olhar aquilo que é efetivamente produtos claros  
424 vinculados. Então esse é um ponto. Segundo, quando eu tenho uma capilaridade nacional em

425 que eu concedo a um morador de outro estado uma faculdade e ofereço um serviço para ele  
426 se associar na minha base, ele está pagando uma divisão do custo ali ou ele está  
427 efetivamente pagando a divisão do custo do sindicato no estado? Então como é que eu vejo  
428 isso? Enfim, então nós temos esse ponto inicial. Estão, efetivamente, fazendo aquilo que a lei  
429 diz? Desconto de mensalidade? Primeira interrogação. Vamos para o segundo ponto, as  
430 entidades elas têm feito, claramente, parcerias com entidades de crédito e seguradoras, e em  
431 muitos casos, eu conheço um concreto que também não foi autorizado, que ela é controlada e  
432 organizada por gente de empresa de seguro que vai se utilizar do mecanismo da associação.  
433 A associação tem quantos filiados? Uma dúzia, foi aquele grupo que montou. Eu vou fazer  
434 captação para seduzi-los com uma oferta de um produto feito por uma empresa parceira.  
435 Então, vamos tratar isso com seriedade. A gente está olhando que a indústria da operação de  
436 produtos, seja de seguro, seja operação de crédito, seja pastinha ou o nome que se dê, ela  
437 tem sido, essa indústria, se utilizado de entidades como veículo para usar o INSS como  
438 garantia de recebimento de operações de crédito e operações de seguro. Isso eu estou de  
439 olho e não vou deixar acontecer. Então, o nosso trabalho de revisão ele está objetivando esse  
440 ponto. Quanto a essa questão da margem de 180 dias já foi dito aqui, que é na realidade a  
441 gente criar mecanismo de proteção até para aquele que está sendo vítima de fraude. Eu não  
442 estou isentando aquele malandro que faz operação, e a gente tem provas daquele que foi  
443 filmado na agência bancária fazendo contrato, pagou prestações, depois sob o manto dessa  
444 ação civil pública foi lá dizer que não tinha feito para se beneficiar da isenção do pagamento.  
445 Nós temos casos concretos apurados e sob investigação de Polícia Federal, situações  
446 concretas. Então não estou nem falando desses malandros que fraudam, como casos  
447 concretos nesse sentido, então o que a gente quer? É exatamente criar um mecanismo para  
448 dificultar a malandragem, quer dizer, aquele que se utiliza de uma ação civil pública, vai lá faz  
449 uma outra operação e depois cria o encavalamento, estoura o limite e nos cria uma  
450 dificuldade, porque não cabe de volta o contrato que foi tido como regular. Então isso é uma  
451 ressalva, não só por uma determinação judicial, mas também isso tem por objetivo a gente  
452 criar um mecanismo de proteção do próprio segurado. Quanto à questão dos 5%, isso aí vai  
453 impactar direto o aumento do incremento de endividamento da família brasileira que já está  
454 extremamente endividada. Nós temos hoje 40 milhões de contratos bancários feitos com  
455 consignados. Eu participei, no Ministério do Planejamento, quando do IPEA da análise do  
456 decreto para ampliar o número de meses para tentar reduzir o gasto comprometimento da  
457 família do servidor público que já estava extremamente comprometida com essas operações.

458 Então a gente tem visto que há, efetivamente, uma indução por tudo isso que foi falado aqui,  
459 de ligar, um esforço de captação de cliente para oferta de empréstimos a preço baixo. A gente  
460 sabe hoje que o INSS no País é, talvez, o maior distribuidor de renda. Nós temos de todos os  
461 estados brasileiros, três estados cuja o superávit existe, todos os demais a compensação  
462 entre o que o estado contribui e o que recebe, todos os demais são deficitários, isso é, a  
463 Previdência paga muito mais do que arrecada, exceto Distrito Federal, Roraima e um outro  
464 que me falha a memória. Então nós temos, efetivamente, uma importância enorme: 12  
465 milhões dos 35 milhões de segurados do INSS eles são provedores de família, isso dados  
466 estatísticos levantados. Então quanto mais eu dou corda mais o segurado se enforca. Então  
467 esse aumento de margem ele tem, por detrás disso, um claro interesse do sistema financeiro  
468 de aumentar a sua capacidade de concessão de crédito e, também, as entidades estão de  
469 alguma forma patrocinando isso. Então eu tenho grande resistência de dizer que isso é bom  
470 para o trabalhador, para o aposentado. Então os senhores como representantes defensores  
471 dos interesses dos aposentados e da família brasileira não devem ser incentivadores do  
472 endividamento dessa família. A questão do grupo de trabalho, isso é uma prerrogativa do  
473 INSS, eu estou muito aberto a rediscutir com vocês, receber sugestões, mas eu vou manter,  
474 até por questões de governança, o grupo de trabalho exclusivo de equipe do INSS. Eu vou,  
475 eu me reúno com vocês, os recebo, é importante receber até por uma questão de evitar o  
476 conflito, porque os senhores, obviamente, têm interesses na regulamentação. Então dentro da  
477 minha regra de governança conflito de interesse não pode, de alguma forma, macular a  
478 isenção do trabalho que vai sair de lá. Lá na frente um dia vão dizer: Ah, essa norma aí foi  
479 feita pelas entidades que operaram o INSS. Então eu não vou patrocinar norma que não seja  
480 de absoluta isenção técnica que eu quero coordenar na equipe do INSS. Agora eu sou  
481 absolutamente democrático, quero ouvir, debato, eu não fujo do debate, discuto, apresento os  
482 fundamentos e tenho a humildade de mudar minhas posições se for convencido. Então eu  
483 quero ouvi-los, sei que vocês podem contribuir muito pela experiência que vocês têm, agora  
484 eu pediria a compreensão de que eu preciso de dar uma visão absolutamente técnica naquilo  
485 que é o melhor interesse desse processo para o INSS e no melhor funcionamento. Estamos  
486 rediscutindo, sim, esses conceitos. Eu reli os acordos de cooperação, nós temos uma  
487 fragilidade enorme, eu sempre digo, como advogado, o Dr. Marcos ali é advogado e outros  
488 são, é sempre normal o advogado receber de um amigo aquele pedido: dá para você dar uma  
489 olhadinha nesse contrato aqui? Como uma olhadinha? Esse contrato aqui eu e um amigo nós  
490 estamos celebrando aqui um aluguel, então é um contrato entre amigos, só uma olhadinha! Aí

491 eu falo o seguinte: meu amigo não faz contrato, porque só vai voltar a ler esse contrato, tirar  
492 da gaveta quando você não for mais amigo dele, aí você vai olhar o contrato e uma olhadinha  
493 você vai perder dois amigos: com quem você contratou e o advogado que você vai xingar,  
494 porque ele não te dá cláusulas. Quando você vai precisar delas? Porque você só precisa de  
495 cláusula quando você se debruça na hora que você precisa delas. E efetivamente o acordo de  
496 cooperação com as entidades tem lacunas de cláusulas que deixam o INSS sem poderes de  
497 solução de situações graves que a gente se depara. Então nós estamos repactuando as  
498 condições, estamos repactuando cláusulas, estamos fazendo com que efetivamente a  
499 entidade que não tiver uma conduta adequada, a entidade que tiver indícios e comprovação  
500 de que ela está desvirtuando o princípio, tanto a lei quanto o instrumento contratual, o INSS  
501 terá poderes de suspensão, poderes de intervenção, poderes de requisitar informações com  
502 presteza. O que está lá é: o INSS poderá requisitar informações e se não informar  
503 imediatamente ele poderá tomar providências. Quer dizer, conceitue imediatamente, é daqui  
504 três dias? É daqui uma hora? Quer dizer, então são situações que a gente está repensando.  
505 Quando você precisa de um contrato é onde você descobre que ele é falho, e eu acho que o  
506 ACT que foi formulado, não é nenhum demérito aos que fizeram no passado, mas talvez não  
507 se depararam com a evolução, quando você cria algo você não imagina o que vai acontecer  
508 no futuro. Então só a prática, a dinâmica, o dia a dia é que você começa a se deparar com as  
509 necessidades que a vida cotidiana vai lhe impondo. Então, hoje nós temos, inclusive com  
510 esse depoimento aqui feito, nós temos a necessidade de repensar esse instrumento. O  
511 consignado, seja de banco seja de entidades, criou uma atividade paralela ao INSS, não é  
512 sua função, ele deixa de destinar servidores para reconhecimento de direito, para  
513 atendimento, para dar celeridade, porque ele gasta energia respondendo ouvidoria,  
514 respondendo ouvidoria de banco, respondendo por conta de entidades, tendo que mandar  
515 gente para fiscalizar, enfim, então é uma atividade não prevista. Estamos também com o  
516 sistema financeiro discutindo esse ponto que aqui colocado. O Sr. Gerson faz uma ilação aqui  
517 que ele imputa: é culpa do INSS o vazamento! Eu poderia, também, pedir ao senhor que  
518 provasse isso. Poderia ser a DATAPREV, que tem os sistemas é lá, poderia ser do banco,  
519 também estou querendo saber de quem é, já falei com o Ministério Público Federal. Tem uma  
520 ação civil pública em São Paulo para apurar onde está o vazamento? Onde é a  
521 responsabilidade? Então eu tenho uma proposta, e já fiz a FEBRABAN, Dr. Alex sabe disso,  
522 que é o quê? É implantar o lock-up de concessão por um ano. Concedeu a aposentadoria, só  
523 depois de um ano que o segurado vai poder fazer o empréstimo. Por que isso? Você vai falar

524 “mas você vai interferir na relação privada entre o cidadão e o banco?” Não! Ele pode fazer  
525 empréstimo que ele quiser, eu vou usar das prerrogativas que a lei me dá de autorizar que o  
526 INSS seja o operador do desconto no prazo que eu quiser. Isso é uma faculdade, é um poder  
527 discricionário que o INSS tem e que se utilizará. Porque não dá para gente continuar nessa  
528 nuvem de fofoca, refém dessa história de que ninguém sabe onde está tendo  
529 vazamento, quer dizer, isso virou lenda, virou piada, e nada acontece. Então, a primeira  
530 providência é: nós vamos, nessa mudança da instrução já informei a FEBRABAN e a ABBC,  
531 que nós vamos criar, a proposta é essa, não sei se eu vou conseguir, eu sei das minhas  
532 limitações, mas eu acho que é o único jeito, e disse aos bancos: conversei com o Ministério  
533 Público e se nós não fizermos com uma regra de governança, o Poder Judiciário e o  
534 Ministério Público farão por nós. Então é melhor a gente sair na frente, já criar uma regra de  
535 proteção e tal, porque se não seremos obrigados a fazer. Porque hoje muito da política  
536 pública ela é feita por decisão judicial, está aí a ACT, são 250 ACTs só na área de  
537 previdenciário. E outra, Dr. Marcos, depois eu vou lhe passar, o senhor está preocupado com  
538 judicialização, se eu soubesse teria lhe trazido ontem a Brasília onde o TCU fez uma manhã  
539 de audiência pública sobre a judicialização da Previdência Social. São 3.800.000 ações  
540 individuais, são 250 ações coletivas, ações civis públicas, e ontem nos sentamos com o TCU,  
541 com CGU, com o Conselho da Justiça Federal, CNJ, Ministério Público, Defensoria, AGU,  
542 enfim, foram vários atores, Dr. Brunca estava lá, palestrou brilhantemente. Enfim, todos os  
543 agentes governamentais, OAB e várias entidades, Associação dos Juízes Federais buscando  
544 o que acontece. E nós enfrentamos a questão das perícias, a questão das concessões  
545 judiciais de forma diversa de entendimento do INSS. Enfim, o fato é que o Poder Judiciário  
546 formulará políticas públicas no nosso lugar. Então, ou a gente trabalha, enfrenta essa questão  
547 do sistema financeiro, do consignado, de vazamento de informação e cria regras de  
548 governança, ou o judiciário fará por nós e nos caberá tão somente passar a cumprir ação  
549 judicial e força executória. Então, esse é o ponto, eu quero contar com as associações.  
550 Entendo e digo ao Marcão: é isso mesmo! Vocês não são farinha do mesmo saco, vocês têm  
551 que, como aqui eu estou repetindo o termo que está aqui que eu anotei, tudo farinha do  
552 mesmo saco, porque se não são, hoje nós estamos com as entidades igual aquela mulher de  
553 César, não basta ser séria tem que parecer séria. Porque há uma indústria, há um conceito  
554 de que é um mercado extremamente tóxico, e que, quem fazer um bom trabalho para os seus  
555 associados, para os aposentados, deverá se destacar e sair na frente mostrando a diferença  
556 com compliance, com regras. Então eu tenho certeza que nas mudanças que farei no ACT eu

557 *tereí a COBAP como a primeira a assinar o aditivo desse acordo que é vigente hoje, de forma*  
558 *que a gente implante compliance, regra de governança, dando ao INSS informações e se*  
559 *comprometendo com a seriedade no trato dessa questão que é uma concessão que é feito*  
560 *pela autarquia, operacionalizar esses descontos. Eu não sei se eu abordei todos os termos*  
561 *aqui colocados, mas eu estou aqui à disposição para discutir. Cumprimentar Dr. Alegre e sua*  
562 *equipe pelo trabalho que vem fazendo e digo que eu tenho me debruçado pessoalmente*  
563 *sobre esse tema, que eu acho que é bastante importante e relevante. Nós temos aí no INSS*  
564 *vários problemas a enfrentar. Tenho procurado enfrentar todos, os fáceis e os difíceis, e esse*  
565 *é um difícil porque representa. Se a gente está olhando ali 57 milhões fazendo uma conta*  
566 *simples de 18 entidades, a média de R\$ 3.000.200 de receita para cada uma/mês, só que eu*  
567 *sei que tem gente que ganha mais do que isso. A receita de uma que eu sei é de 6.000.000*  
568 *por mês. Então é uma verba razoável para pagar custeio e manutenção de associação. Então*  
569 *vamos trabalhar juntos, eu estou à disposição, e vamos consertar isso aí. Obrigado!"*

#### 571 **IV – INFORMES**

572 O Conselheiro Benedito Adalberto Brunca (SPREV) colocou em votação a  
573 antecipação da próxima reunião do CNP, que seria dia 25 de outubro para o dia 18 de  
574 outubro. O Sr. Quintino Marques Severo (CUT) informou sobre a impossibilidade em  
575 comparecer na data proposta. O Conselheiro Benedito Adalberto Brunca informou que  
576 será enviado por e-mail cópia da publicação da portaria do resultado do fator  
577 acidentário e de prevenção com o resultado da pesquisa de todas as empresas do  
578 País para que os Conselheiros façam as observações que acharem pertinentes.

#### 580 **V – OUTROS ASSUNTOS**

581 O Conselheiro Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) solicitou pautar na próxima  
582 reunião os seguintes temas: Resultado do PRBI, com comparação entre benefícios  
583 por Incapacidade cessados x reativados por decisão judicial e Quantidade de  
584 Benefícios com solicitação de transformação Auxílio-Doença Previdenciário para  
585 Auxílio-Doença Acidentário, pendentes de análise que podem gerar judicialização. O  
586 Conselheiro Benedito Adalberto Brunca informou que as sugestões dadas serão

587 analisadas, contudo, poderão aparecer outros temas no decorrer do mês. A Reunião  
588 Ordinária 254ª será realizada em 18 de outubro de 2018.

589

## 590 **VI – ENCERRAMENTO**

591 Finalizados os itens das pautas, nada mais havendo a tratar, o Conselheiro Benedito  
592 Adalberto Brunca agradeceu à presença de todos e deu por encerrada 253ª Reunião  
593 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência – CNP. Para constar, eu lavrei a  
594 presente Ata. Brasília, 27 de setembro de 2018.